

# A Tempestade do século: A Crise Econômica e Suas Consequências



**E-Book**

Por Juan Eugenio Corradi  
Opini3n Sur



South North  
Development Initiative

# Índice

**Introdução**

**Capítulo 1**

**A Grande Ilusão**

**Capítulo 2**

**As duas faces da crise**

**Capítulo 3**

**Ladeira abaixo na rodada**

**Capítulo 4**

**As saídas para a crise**

**Capítulo 5**

**O socialismo, lá onde menos se esperava**

## Introdução

Se o colapso econômico internacional houvesse sido produzido tão logo se travou o bom funcionamento da maquinaria econômica, a solução seria destravar o que foi travado, “romper caminho” (“quitar los palos de la rueda”). Desse modo, o sistema pré-existente se recuperaria e, ao voltar a funcionar, iria resolvendo os problemas que hoje sofremos, incluindo a recessão e o extenso desemprego.

Esta é a essência de uma visão funcionalista da crise. Haveria que dizer que são muitos os entraves que atrapalham o bom funcionamento da maquinaria econômica e que, a princípio, nada impediria de tentar remove-los de modo a devolver o vigor e a efetividade perdida. Mas ocorre que isto não é simples de conseguir, não somente porque as travas funcionais são numerosas, senão porque ademais estão estreitamente vinculadas com distintos interesses que lutam entre si para conseguir reproduzir-se. De todos os modos será sempre muito positivo desprender os maiores esforços para melhorar a nossa forma sistêmica de funcionar.

Outras visões observam que não foi tão somente o mau funcionamento da maquinaria econômica que gerou os problemas contemporâneos, senão mais especificamente o rumo sistêmico que orienta a marcha. A maquinaria econômica, que é conduzida por pessoas e organizações que cuidam de seus interesses particulares, se encaminhou por uma direção que tende a produzir desastres ambientais, graves conflitos sociais e séria instabilidade política.

Este é um tema complexo que entrecruza o econômico com o político, o social, o ambiental e engloba um bom número de fatores. Entre eles, há um fator que envolve a todos e que parece não ser sido levado muito em conta ao considerar o gênesis e o desenvolvimento da presente crise: a alienação, na qual muitos temos caímos, em relação ao significado que atribuímos ao que somos e ao que fazemos. Esta alienação, que transcende o âmbito da filosofia e da psicologia individual, se projeta sobre a marcha do sistema global, conduzindo a um compulsivo consumismo, a destruição “inmisericorde” do meio ambiente, a uma acumulação desenfreada de receitas, a

exacerbação do egoísmo que leva a ignorar os protelados e os indigentes que são maioria neste mundo.

Nos capítulos que seguem se analisa uma maquinaria socioeconômica de funcionamento imperfeito que é conduzida para um rumo desbalanceado que afeta o planeta em seu conjunto. Frente a isso, se busca um esforço dobrado de ajustar o rumo e, simultaneamente, melhorar a efetividade de nossa forma de funcionar.

## Capítulo 1

# A Grande Ilusão

*A crise econômica desencadeada nos EUA se iniciou num setor da economia e logo depois se estendeu a outros setores e aos mercados internacionais. Esse contágio é sintoma do desequilíbrio existente nas bases do sistema, causado por um crescimento insustentável baseado no consumo resultante do endividamento e na especulação. No entanto, a inevitável e dolorosa correção desta situação representa uma oportunidade para reafirmar os princípios básicos do desenvolvimento saudável, que não são apenas econômicos, mas também morais.*

---

A crise econômica norte-americana, que se iniciou com a inadimplência dos mais modestos detentores de hipotecas imobiliárias, ou seja, num recanto da economia, se estendeu rapidamente à totalidade do setor financeiro, causou a queda estrepitosa de um dólar já debilitado, e acabou originando mal-estar e desconfiança —e, sobre tudo, incerteza— em todos os mercados internacionais.

Quando uma causa pequena produz grandes efeitos, a própria desproporção é sintoma de que as grandes estruturas subjacentes são mais fracas do que pensávamos.

Nos Estados Unidos não se fala mais em “aterrissagem suave”: agora estamos em plena aterrissagem forçada. As dificuldades econômicas já afetam os segmentos mais altos da sociedade. A bolsa de valores faz malabarismos, mas seu saldo líquido é negativo. O dólar perde valor dia após dia. A crise hipotecária tem virado pânico generalizado. E, ainda por cima, segundo as avaliações dos economistas Joseph Stiglitz e Linda Bilmes, as despesas com a desastrosa guerra de Iraque chegam a US\$ 3 trilhões.

Em Washington já não se ouve o canto das sereias republicanas, que prometiam ao país prosperidade sem sacrifício, dispêndios desmedidos, redução de impostos e até isenção fiscal, e anunciavam ao mundo sua prepotência universal, para finalmente acabarem proclamando urbi et orbi o grande mandado da época, aquele do insolente motete do século XIX francês: “Enrichissez-vous messieurs!”.

As diferentes bolhas especulativas estouraram uma a uma (antecipo que a próxima bolha a estourar, num prazo de até um ano, será o chamado boom das commodities: metais, hidrocarbonetos, carnes e grãos, que afetará sensivelmente os

países do Sul). Uma vez dissipadas as bolhas, é possível ver claramente uma realidade mais moderada, que tem sido escamoteada pela folga ininterrupta da mídia.

Saiba o leitor que dos 300 milhões de pessoas que hoje habitam nos Estados Unidos, 37 milhões (muitas delas crianças) vivem na pobreza total. Trata-se dos indigentes. Acrescentemos a elas todas as pessoas cuja renda anual oscila entre 20 mil e 40 mil dólares (para um grupo familiar de quatro pessoas): outros 60 milhões. O resultado é assaz desagradável: num país que diz ser o mais rico do mundo, quase um terço da população vive na indigência ou numa situação muito próxima da pobreza. A expressão “próxima da pobreza” não é um eufemismo. Todos aqueles que têm uma renda anual inferior a 40 mil dólares, têm empregos precários, com salários que não aumentam ao ritmo da inflação, e com uma cobertura médica insuficiente. Para eles, cada dia é mais difícil fazer frente às despesas com alimentação, saúde, combustível, transporte, e educação para seus filhos. Esse terço da população é presa do medo: medo do futuro, medo da globalização, medo dos estrangeiros, medo dos imigrantes. A aflição e o medo são legítimos, mas também são caldo de cultura para mobilizações demagógicas.

Esse medo que surge do fundo da sociedade já está atingindo os segmentos médios —ou seja, aqueles cuja renda anual oscila entre 50 e 100 mil dólares. Esses estratos, que constituem a proverbial classe média norte-americana, têm sido alvo de alguns estudos sociológicos, mas geralmente não recebem a atenção pública que eles merecem. Atrevo-me a aventurar o seguinte diagnóstico: a classe média —figura emblemática da civilização do Norte— é sujeita (1) a uma forte compressão social, e (2) a um declínio intergeracional coletivo e sustentado. Vejamos o significado disto nos parágrafos a seguir.

Faz cinquenta anos, os norte-americanos de classe média dispunham de empregos satisfatórios e seguros, com perspectivas de importantes melhorias salariais e com a esperança de um futuro ainda melhor para seus filhos. Eles podiam contar com uma bela casa no subúrbio, um ou dois carros familiares, uma hipoteca amortizável em 30 anos, e uma aposentadoria sem tribulações ao final do caminho. Geralmente, só um dos adultos do grupo familiar (média: 4 pessoas) trabalhava. Hoje, esses empregos escasseiam.

Para fazer frente a essa escassez de empregos bons e seguros, a classe média teve de utilizar outras estratégias. Numa família padrão, agora são dois os adultos que trabalham. As mães e esposas começaram a trabalhar. Num esforço por ver o lado positivo da situação, essa necessidade de ter dois empregos foi considerada um avanço em relação à igualdade de gênero, e uma liberação da mulher de seu papel convencional dentro da família. No entanto, a dura realidade era que para manter o mesmo nível de vida antes bastava um emprego e agora é necessário ter dois.

Além disso, homens e mulheres começaram a trabalhar mais horas e a terem férias mais curtas. Em alguns casos, inclusive tiveram de manter vários empregos simultaneamente. Em resumo: todos tiveram de andar mais rápido para se manterem no mesmo lugar. A imagem que vem à minha mente é a de toda uma classe social posta a correr numa academia de ginástica. Por sua parte, os economistas celebraram ao constatarem um aumento na produtividade: mais uma vez, o esforço por ver o lado positivo da situação.

Finalmente, indivíduos e famílias lançaram mão do crédito pessoal e hipotecário para conservarem o estilo de vida a que estavam habituados. Em lugar de pouparem, eles se endividaram cada vez mais. Começaram a pagar o sonho americano em muitas prestações. Todos esses fatores, conjuntamente, constituem o que eu chamo de “compressão social da classe média”. Essa compressão, por sua vez, infunde nas pessoas a suspeita ou o temor de que seus filhos não possam ter uma vida mais folgada nem um futuro mais próspero ou seguro. Esse é o significado disso que eu chamo de “declínio intergeracional” —um pessimismo inédito numa classe social tradicionalmente inclinada à idéia de progresso em todos os aspectos.

Em um patamar mais alto, no segmento da sociedade que podemos chamar de classe dirigente, elite do poder, ou classe dominante, houve uma mudança de hábitos notável e alarmante nos últimos anos. Pensa-se (e investe-se) menos no interesse do país ou do sistema em seu conjunto do que no benefício imediato ou a curto prazo. As políticas públicas do último decênio se caracterizaram pela grande transferência de riqueza “para cima”, pela sistemática redução da carga tributária aplicada aos segmentos mais abastados, e pelo enorme endividamento nacional. Em última instância, todos os grandes problemas coletivos —que vão da poluição ambiental até o envelhecimento da infra-estrutura, a previdência social, a saúde pública e o pagamento de juros da dívida—

são transferidos do presente para o futuro, ou seja, dos que vivem hoje para aqueles que vão viver amanhã. Não deve nos surpreender o fato de que essas políticas sejam cada vez mais rejeitadas por vários segmentos da população (entre os quais me encontro), porque elas vão contra um princípio básico do desenvolvimento humano que vai além de viver individualmente em plenitude (objetivo muito louvável): trata-se de garantir que aqueles que nos sucederem no caminho da vida vivam tão bem quanto nós ou melhor. De um ponto de vista econômico, esse objetivo tem um nome: sustentabilidade. De um ponto de vista moral, chama-se solidariedade intergeracional. São dois lados da mesma moeda, e é precisamente essa moeda que está em jogo nos Estados Unidos do ano 2008.

As categorias econômicas são também categorias morais. Adam Smith, o fundador da economia moderna, não ensinava “ciências econômicas” em sua Escócia natal. Ele dava aulas de “filosofia moral”. Considerava que seu melhor livro não era A riqueza das nações, obra que o fez famoso, senão um tratado titulado Teoria dos sentimentos morais. A partir dessa vênua dada pela economia clássica de Smith, nós podemos dizer que “investir” significa “oferecer algo ao futuro”. Ao invés, contrair dívidas significa “tirar algo ao futuro”. Como podemos ver, a partir dessa simples oposição conceitual econômica surge imediatamente uma disjuntiva moral.

Quando dizemos que o alto nível de endividamento público e privado é “alarmante”, queremos dizer que, ao longo de pelo menos uma geração, os norte-americanos têm fraudado seu próprio futuro para viver somente o aqui e o agora (Os argentinos que lerem estas linhas reconhecerão perfeitamente a questão). O desenvolvimento econômico depende do nível dos investimentos aplicados tanto em capital físico (tecnologia, infra-estrutura, sistemas e máquinas) quanto em capital humano, que não é outra coisa que nossos conhecimentos e nossa boa saúde. Quando, em lugar de investir nesses dois tipos de capital, não se dá atenção à infra-estrutura física e humana, e se provoca a “compressão”, o esgotamento e a desmoralização da força laboral (a classe social na academia), então é inevitável cair na tentação de dissimular o problema através da riqueza ilusória que vem do dinheiro emprestado. Mas dessa maneira, um país acaba roubando e enganando a si mesmo, e deixa um fardo muito pesado a seus descendentes.

Hoje se chegou ao final de uma grande ilusão: viver do que se tomou emprestado em base a um capital fictício. Os cartões de crédito atingiram o limite, as hipotecas têm que ser saldadas, a casa própria vale menos do que o montante que se tomou emprestado para adquiri-la, os estrangeiros se mostram reticentes em dar crédito em troca de títulos do Tesouro porque recebem ordens de pagamento em moeda desvalorizada. Ainda por cima, uma guerra mal planejada e mal executada consome recursos cada vez mais quantiosos. Em resumo: quem paga o esbanjamento e os pratos quebrados? A briga pela conta e o remédio tem começado. Toda crise aguda é também uma oportunidade. Trata-se, sobre tudo, de uma ocasião propícia para um grande ato de sinceridade coletiva. É por isso que todos aqueles que eram vítimas da dissimulação ou da má fé, a partir da crise sentem-se, no fundo, liberados. A verdade, embora seja dura, também representa uma catarse. Hoje, essa catarse deve começar pelo fato de reconhecer que um país –desde o mais poderoso até aquele que não tem tanto poder— só pode ir para a frente por meio de uma força de trabalho educada, qualificada e dignificada, de um alto nível de investimentos em infra-estrutura e tecnologia que gerem uma longa cadeia de empregos, e de um sistema tributário justo e progressista que colete de maneira efetiva os recursos necessários para o pagamento dos serviços de governo. Depois de tantos anos de loucas ilusões, alguns consideram que essa perspectiva representa um “rude despertar”. Mas não é assim. De um ponto de vista positivo, este também é um sonho: um sonho saudável, que sempre se chamou “o sonho americano”.

---

nota: i. Joseph Stiglitz and Linda Bilmes, *The Three Trillion Dollar War. The True Cost of the Iraq Conflict*, New York: W.W. Norton, 2008.

## Capítulo 2

### As duas faces da crise

*(Wei ji). Em chinês, a palavra significa, segundo o primeiro dos símbolos, “crise”, e segundo o segundo, “momento oportuno ou crucial”. Quais as oportunidades resultantes da atual crise econômica mundial? Que tipo de soluções podem surgir no futuro próximo e no futuro distante? Sob que manto e que pretextos vão surgir essas soluções? Atrevo-me a dar uma resposta provisória: da atual crise não vai nascer um novo “modelo” econômico e social, e sim uma nova sinergia entre diferentes setores.*

---

Da mesma forma que uma moeda, a crise planetária que atravessamos tem duas faces. A “coroa” é a face que indica o valor da moeda; neste caso, ela só apresenta dados negativos: emprego, atividade econômica, benefícios, poupança, valores de mercado, crédito disponível, valor das exportações, etc. A outra face da moeda – a “cara” – é uma efígie, uma figura ou um símbolo. Ela apresenta um rosto sério, mas esperançado. A questão da face dupla não é novidade; ao contrário, trata-se de uma convenção numismática muito antiga. Lembremos, então, outras crises anteriores.

A grande depressão dos anos trinta (também originada nos Estados Unidos) foi não só um período de sofrimento e desemprego, mas também uma das épocas mais fecundas em matéria de inovação social. Como resposta à crise econômica e social daquela década, houve uma onda de programas inovadores. Muitos deles viraram sólidas instituições que ainda hoje nos protegem. O Social Security (o programa nacional de previdência social dos Estados Unidos), a SEC (Securities and Exchange Commission, o órgão regulador dos mercados), e a FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation, a Corporação Federal de Seguros de Depósitos) são organismos de defesa social voltados para a proteção da poupança, das transações e dos idosos. Eles foram constituídos para evitar os efeitos catastróficos de um novo craque da Bolsa seguido de uma espiral deflacionária. Se eles não existissem, os depósitos bancários dos principais países hoje estariam bloqueados ou teriam se perdido, o desemprego atingiria 25% da força de trabalho e os aposentados ficariam sem teto, sem sustento e sem atenção médica. Em outras palavras, no período 2008-2009 a situação mundial seria similar à situação argentina do período 2001-2002. Outros programas e iniciativas lançados durante a grande crise dos anos 30, como a WPA (Administração de Obras Públicas) e a

NRA (Administração de Recuperação Nacional), foram suprimidos logo que a economia norte-americana começou a se recuperar.

Em um próximo artigo vou falar do maior programa de obras públicas da história norte-americana –aquele que fez com que a economia saísse da depressão de forma definitiva. Estou me referindo ao programa que estimulou a produção industrial em massa durante a Segunda Guerra Mundial. Seria absurdo e perverso recomendar que esse casus belli seja reproduzido no século XXI; além disso, afortunadamente, o modelo de produção pós-industrial e a globalização das economias mundiais invalidam essa possibilidade. No entanto, não podemos negar que foi a guerra que destruiu, literalmente, o excedente de produção que o mercado não era capaz de absorver, eliminou a capacidade ociosa do setor industrial, possibilitou o pleno emprego e fez com que os Estados Unidos ficassem 300 vezes mais ricos, fato que assegurou sua hegemonia mundial por mais de cinquenta anos. Essa experiência é única, e isso é bom. Porém, muitos dos programas sociais dos próximos anos serão implementados sob o manto da “segurança global” em relação às catástrofes naturais e à violência desorganizada que se manifesta através de focos locais, mas que apresenta ramificações a nível planetário. Este argumento é parte de uma tese que estou desenvolvendo e que incluirei no meu livro sobre o futuro das guerras.

Hoje, a opinião dominante entre os economistas (que deve ser recebida com muitas ressalvas, já que eles têm a mesma capacidade de predição que minha falecida tia Emilia, que usava folhas de chá) é a de que a economia global não vai afundar da mesma forma que nos anos trinta. Contudo, o colapso do sistema financeiro e de crédito é hoje tão real quanto foi naquela época. As conseqüências, que começam a se fazer sentir, serão dramáticas. Alguns dos efeitos imediatos são óbvios e visíveis: a perda de empregos é inquietante, milhares de famílias são expulsas de suas casas por não conseguirem pagar a hipoteca do imóvel, e um sem-número de aposentados se vêem obrigados a comer pouco ou a voltar a trabalhar porque suas contribuições à previdência privada, que foram aplicadas no mercado de valores, se evaporaram.

Os efeitos de longo prazo da crise talvez sejam menos notórios, mesmo que mais significativos: haverá uma nacionalização, ao menos parcial, do setor bancário, uma maior regulação dos fluxos de capitais, principalmente dos fluxos financeiros, um maior controle sobre a economia por parte do setor público, e um grande aumento na demanda

por serviços sociais, em contrapartida à forte queda na demanda por bens e serviços privados e comercializáveis. Também haverá uma maior demanda pelos serviços do chamado “terceiro setor” –organizações sem fins lucrativos, tais como fundações privadas, igrejas e ONGs. No entanto, da mesma forma que no setor empresarial e privado, no terceiro setor também haverá grande consolidação, concerto e, talvez, concentração de recursos, como consequência da escassez de meios.

Como já apontei em outro artigo, hoje vemos muitos governos que até há poucos meses comungavam no neoliberalismo e achavam a intervenção do Estado um mal a ser combatido, tomarem medidas que em outras épocas eram consideradas estatistas e até socialistas. Nos Estados Unidos, justamente a administração do presidente George W. Bush, inteiramente comprometida com a doutrina neoliberal, pôs de lado sua crença no livre mercado e na ausência de regulação, deu um giro de 180 graus, e interveio de maneira profunda e ampla nos mercados e na economia em geral. O plano de resgate financeiro do governo favoreceu alguns bancos, empresas de seguros e outras instituições financeiras; além disso, estabeleceu normas de condicionalidade de caráter “nacionalista e popular”, como o limite imposto à remuneração dos executivos.

A nível provincial e local, os governos estaduais norte-americanos também tomaram medidas atípicas. Na cidade de Chicago, o delegado policial do condado de Cook ordenou a seus subordinados que não expulsassem das casas as famílias incapazes de pagar suas dívidas hipotecárias. Chicago virou uma cidade “justicialista” da noite para o dia! Porém, ninguém sabe se essas medidas compensatórias irão conter a queda da atividade económica (por enquanto, as autoridades “tocam de ouvido”).

Entramos numa época de temor e incerteza, mas também numa época de oportunidades. É no meio de uma grande crise que as pessoas procuram soluções inovadoras, idéias novas sobre como arranjar, administrar e governar a sociedade e suas instituições. Segundo a *Opinión Sur*, esta é uma excelente oportunidade para explorar novos métodos de inovação social. Trata-se da melhor lição que podemos tirar da grande depressão dos anos trinta.

Em muitíssimos países, a sociedade está começando a levantar questão acerca da função do governo, da responsabilidade do setor empresarial e da missão do segmento civil e não governamental da população. Está na hora de que nos perguntemos: qual a

nossa definição de “sucesso” econômico? Por que será que muitos consideram que a regulação da atividade econômica por parte do Estado é “ruim”, já que atenta contra a liberdade das empresas? Liberdade para fazer o que? Será que o mercado, que age segundo seus próprios critérios, é capaz de garantir o bem-estar social, especialmente em matéria de saúde e educação?

As respostas a essas perguntas não indicam necessariamente que seja preciso adotar um super “New Deal” (com base nas políticas públicas estabelecidas durante a presidência de F.D. Roosevelt, entre 1932 e 1945). Nos últimos 50 anos, a experiência demonstra que a solução dos problemas sociais não é de responsabilidade exclusiva do setor público. No entanto, os acontecimentos recentes demonstram, por sua vez, que o setor privado também não é o dono de todas as respostas.

Estamos diante de um período de experimentação baseado na participação e no concerto de três setores da sociedade: o setor privado, o Estado e o setor não-governamental. Cada um deles sabe fazer bem algumas coisas, mas não todas. Daqui para frente, todos nós teremos de determinar quais são essas coisas e, principalmente, de que maneira podemos conjugá-las. A solução para a crise não está nas receitas unidimensionais e monolíticas, e sim numa nova estratégia que chamaremos de *sinergia*.

### Capítulo 3

## Ladeira abaixo na rodada

*Efetivamente, nós entramos na segunda Grande Depressão do mundo capitalista. Esta nota pretende dar uma idéia das cifras e da velocidade da queda da atividade econômica, mas sobretudo uma idéia da destruição da riqueza no mundo. Resta ver se a ação concertada dos distintos governos conseguirá frear a caída e resta também ver e analisar as conseqüências geopolíticas do descomunal desmoronamento.*

---

Moro a dez quadras de Wall Street. Cumpre-me presenciar uma derrocada econômica que por sua magnitude não tem precedentes, ainda que sim haja algumas lições para apreender na memória histórica da crise bancária norte-americana de 1907, na grande crise financeiro-econômica de 1929-32 e, mais recentemente, do colapso da segunda economia mundial – o Japão – na década de 90.

Mas esta crise é a maior de todas. Diferentemente da crise japonesa, esta é uma crise sincronizada global. Diferentemente da Grande Depressão de 1929-32, a magnitude da presente crise é muito superior. Estamos frente ao colapso do processo de globalização mais recente, e estávamos certos de que a economia globalizada não estava centrada efetivamente só nos Estados Unidos, senão mais precisamente no bairro de Wall Street, e que esse centro era igual ao centro de uma rosca de Páscoa ou, no jargão nova-iorquino, igual a um bagel, ou melhor dizendo, um agulheiro.

É uma crise que por seu próprio volume, e pela dinâmica específica do sistema capitalista, confronta as pessoas como se fosse uma catástrofe sobrenatural, mais além de todo o controle humano. Frente a esse fenômeno, os distintos governos do planeta se postam para a batalha com as ferramentas fiscais e monetárias que têm a sua disposição. Mas se esta é uma batalha, não se trata de um enfrentamento entre dois exércitos normais, senão uma luta desigual, como as de ficção científica – algo como “A Guerra dos Mundos” em sua versão romaneada (H.G. Wells, 1898) ou radiofônica (Orson Wells, 1939). Enfrentam-se, por um lado, a contração econômica mais aguda desde 1980, a onda deflacionária mais forte desde a Grande Depressão, a queda imobiliária maior da história e o maior recorde de quebras financeiras de todo o repertório econômico. Frente a estes monstros, nossos dirigentes se armam com a combinação

mais audaz de emissões monetárias, de resgates governamentais e de planos de estímulo que jamais foram ensaiados.

A maioria dos políticos e dos economistas espera que as forças de defesa consigam frear ou desarmar o monstro que tem à frente. Esperam que os governos e seus dirigentes resgatem praticamente a todas as grandes instituições que estão naufragando neste momento; que imprimam dinheiro de forma quase indiscriminada para financiar todas as más decisões que tenham feito os grandes bancos, as grandes companhias de seguro e as grandes indústrias manufatureiras; que saiam à força da atual paralisia financeira e creditícia sem considerar suas causas; que mantenham um altíssimo nível de endividamento público (interno e externo) por tempo indeterminado; e que superem a deflação com a inflação.

Na urgência do trâmite, não se detêm a considerar que, uma vez desatada, a inflação é muito difícil de frear; que pode muito bem destruir o valor da moeda; e que no final pode condenar o capitalismo a uma desagradável agonia.

Outros – os menos, mas também ortodoxos – pensam que esta estratégia (que é a que começou a utilizar a administração Bush em seus últimos anos e que seguirá com mais afinco a nova administração Obama) é otimista no curto e médio prazo, mas fatal no longo. Em outras palavras, o êxito desta estratégia, se houver de ter êxito, será de pouco alento. Consideram que, com todo seu arsenal, as forças de intervenção não atingirão nenhum dos objetivos a que se propõem, a saber:

- Não conseguirão reverter a liquidação de dívidas podres, por tanto tempo postergada
- Não conseguirão frear a redução necessária no custo e no nível de vida
- Não conseguirão criar uma saída inflacionária e fazer baixar o valor do dólar
- Não conseguirão postergar a hora do trabalho duro e do sacrifício
- Não conseguirão proteger a ineficiência e desincentivar a inovação
- Não conseguirão institucionalizar a mediocridade em favor da segurança

O Congresso norte-americano acaba de aprovar, na Câmara Baixa, um programa de estímulo de mais de 800 bilhões de dólares. Mas o Departamento do Tesouro ao mesmo tempo reconheceu o fracasso de seu programa anterior de 700 bilhões (TARP), destinado a injetar dinheiro na economia através do debilitado setor financeiro. Nas

primeiras escaramuças da batalha, os melhores planos de intervenção têm sido neutralizados por esse grande inimigo que se chama deflação

A deflação não é somente uma queda dos preços. Por suposto, tal queda já esta em marcha, como posso constatar nas liquidações e na redução dos preços e das tarifas em quase todos os negócios pelos quais passo a cada dia. A deflação é algo mais: significa num caso extremo uma destruição de riqueza. Se nos aprofundarmos no tema, com razão surgem dúvidas, como as de nosso co-editor e perspicaz economista. Cabe então perguntar-se como ele: É riqueza o que se gera “artificialmente” com puro e excessivo endividamento? Talvez a resposta de muita gente seja que sim porque efetivamente mais tijolos ou intangíveis foram gerados. Os contadores, que soam serem mais conservadores em suas apreciações, responderiam que não porque os passivos que sustentariam essa louca geração de ativos são maiores que os próprios ativos e, desde uma perspectiva contábil, o patrimônio líquido seria negativo. Será que a riqueza são os ativos sem se considerar a natureza e a dimensão dos passivos (porta de entrada para muitas das presentes “bolhas” setoriais) ou, pelo contrário, estaria mais bem associado o conceito de riqueza ao de patrimônio líquido?

Mas o certo é que neste momento tal destruição avança a passo acelerado e a sentimos todos os cidadãos em nossa mais íntima vivência cotidiana. Em contraste com este ritmo destruidor, as medidas de governo – apesar da sua pressa – se movem a uma velocidade menor. Os pacotes de resgate mais ousados são muito menores que a riqueza que se “queima” dia-a-dia. E para maior preocupação, os governantes não sabem como fazer para que o dinheiro que esbanjam chegue às mãos de quem realmente o necessita. Nesta “Guerra dos Mundos” as forças de defesa têm armas de menor calibre que as do inimigo. Façamos um balanço geral:

Em primeiro lugar, a destruição de riqueza é várias vezes superior ao tamanho dos resgates mais dispendiosos. Cada trimestre, a Reserva Federal dos Estados Unidos publica em minucioso detalhe a riqueza nacional, em cinco categorias: valores imobiliários, valores corporativos, ações de fundos mútuos, as reservas de pensões e seguros e, finalmente, os haveres de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, como são, entre outras, as universidades, as igrejas e as fundações. Sua tabulação, baseada na publicação da Reserva Federal intitulada Fluxo de Fundos, é a seguinte:

## Quadro 1

### Destruição massiva da riqueza nos EUA 2007-2008.

Fonte: Federal Reserve, *Flow of Funds* (em bilhões de dólares)

Trimestre	07 -- 1	07 -- 2	07 -- 3	07 -- 4	08 -- 1	08 -- 2	08 -- 3
<b>Por setor:</b>							
<b>1</b> Valores Imobiliários	-53	-190	-496	-708	-662	-217	-647
<b>2</b> Empresas Corporativas	530	633	78	-377	-911	-247	-922
<b>3</b> Fundos Mútuos	84	202	96	145	-297	-24	-523
<b>4</b> Reservas de Pensões	83	438	83	-265	-832	-132	-653
<b>5</b> Inst. s/ fins lucrativos	127	101	48	0	-32	-10	-128
<b>Totais</b>	782	1.184	-190	-1.495	-2.734	-630	-2.872
<b>Total de perdas = 7.921 bilhões</b>							

Destruição massiva da riqueza nos EUA 2007-2008. Fonte: Federal Reserve, Flow of Funds (em bilhões de dólares)

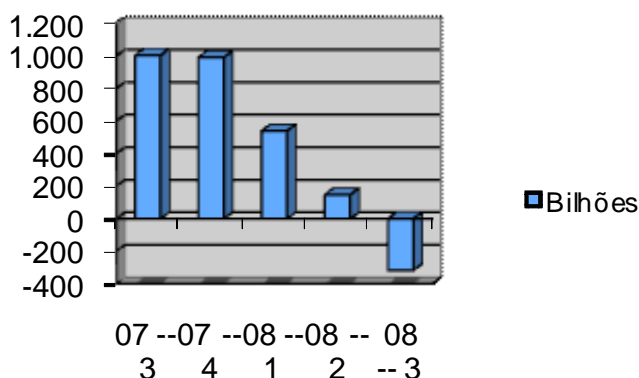
Este quadro mostra bem como no primeiro trimestre de 2007 os domicílios começaram a perder dinheiro no setor imobiliário. É o início da chamada crise hipotecária subprime, uns 53 bilhões. No segundo trimestre, as perdas se avultaram até chegar a 190 bilhões, baixaram um pouco no terceiro trimestre (496 bilhões) e voltaram a subir no último trimestre, para uns 708 bilhões. Neste último período, a destruição de riqueza se deslocou a outros setores: valores bursáteis, seguros de vida e reserva de pensões de aposentadorias. As perdas já somavam um trilhão e meio de dólares. A tendência se acelerou em 2008. As famílias perderam outros quase três trilhões de valor imobiliário no primeiro trimestre e seguiram perdendo no segundo, apesar de um estímulo econômico, para voltar aos quase três trilhões de perdas no terceiro trimestre. Ao final do ano passado, as perdas imobiliárias somavam quase 8 trilhões! Esta cifra é oito vezes o valor do pacote de estímulo proposto por Obama e onze vezes o valor do primeiro pacote de resgate do Tesouro (o programa TARP do Secretario Paulsen). Nos últimos meses, o governo tem dedicado novas e volumosas somas aos novos programas

de garantias, para evitar a falência de grandes instituições. Mas dinheiro garantido não é dinheiro gasto. Enquanto escrevo estas linhas, há uma grande ansiedade para evitar a quebra de nada menos que o Citibank. Acredito que não haverá outra solução que a nacionalização clara e transparente do Citibank e talvez também a de outros gigantes do setor privado, que se meteram numa camisa de onze varas.

Em segundo lugar, a liquidação da dívida privada – a força deflacionária maior que existe – já foi iniciada. Durante várias décadas temos visto a acumulação de dívidas na economia norte-americana, até chegar a níveis insustentáveis: montanhas de empréstimos, promissórias, bônus, hipotecas, cartões de crédito e papel interbancário se acumulavam ano trás ano. Mas no terceiro trimestre de 2007 tudo mudou de repente. Começou com a liquidação da dívida de curto prazo nos mercados interbancários e no mercado de dívidas curtas entre corporações (papel comercial). Logo a liquidação se estendeu ao setor hipotecário e ao de bônus. No terceiro trimestre de 2008 já houve uma liquidação em massa. Os quadros 2 e 3 darão ao leitor uma idéia do processo:

## Quadro 2

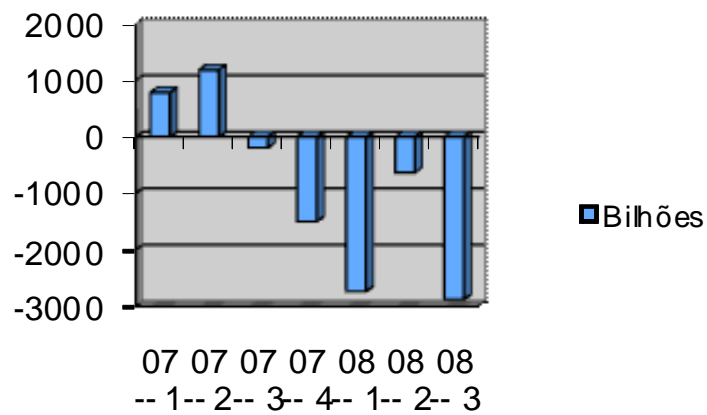
### Colapso da dívida hipotecária nos EUA



Fonte: Federal Reserve, *Flow of Funds*, Table F4, Credit Market Borrowing

## Quadro 3

### Aceleração da destruição de riqueza nos EUA 2007-2008. Perdas em bilhões de dólares.



Aceleração da destruição de riqueza nos EUA 2007-2008. Perdas em bilhões de dólares.

Trata-se de algo muito mais sério do que um estrangulamento do crédito, que é uma diminuição na criação de dívida nova. Estamos aqui frente à destruição de dívidas não pagas, que são dadas como perdidas. O processo está sob os olhos do povo e cidadãos norte-americanos: cai o preço das casas; ocorre uma execução em massa de hipotecas e os bancos credores passam os números de haveres a passivos, até tocar sua própria bancarrota. É um ciclo clássico, diria que quase de um manual, de deflação e colapso da dívida, similar ao que se sucedeu entre 1929 e 1932, ainda que muitos não queiram admiti-lo.

Como se isto fosse pouco, iniciou-se a queda dos preços. Nos últimos meses, os preços das commodities têm baixado de forma equivalente a queda durante a Grande Depressão. O preço do petróleo caiu 73%, o cobre 66%, o níquel 73%, a platina 66% e o trigo 64%, para citar só alguns poucos exemplos.

O Índice de Preços ao Produtor, que é mais confiável e sensível que o Índice de Preços ao Consumidor, baixou a um ritmo de mais de 2% mensais. Tudo isso se reflete naturalmente no desmoronamento da Média Industrial Dow Jones – o maior em 75 anos de existência.

Finalmente, até o momento, os programas de gasto governamental não têm sido suficientes. Como dizem os gaúchos, pode-se levar o cavalo até o rio, mas não se pode obrigá-los a beber. As volumosas somas outorgadas aos bancos têm ficado nos cofres dos mesmos. Para quem vão emprestar? Paralelamente, os industriais anunciam demissões massivas e arquivam planos de investimento e construção. Fazem isso porque têm uma grande capacidade ociosa. Recordemos o que dizia Marx: as crises capitalistas ocorrem não porque há pouca mercadoria, senão porque há excesso. Há

excesso de casas que não são vendidas, excesso de roupas que ninguém compra, excesso de escritórios que ninguém ocupa, excesso de shoppings vazios.

É provável que a nova administração Obama inicie uma série de programas de obras públicas massivas, equivalente ao WPA de F.D. Roosevelt em 1933. Mas é mais fácil decidir-lo que executar-lo. O risco aqui é a multiplicação de programas inúteis, se houver excesso de pressa. Mas se não há pressa, a economia prossegue o seu desmoronamento. É um dilema de ferro o que herda Obama. Uma advertência histórica: Nos anos 90, o Japão lançou um programa de estímulo de 10,7 trilhões de yenes em agosto de 1992, outro de 13,2 trilhões em abril de 1993, 6,2 trilhões em setembro do mesmo ano, 15,3 em fevereiro de 1994, 14,2 trilhões em setembro de 1995, 16,7 trilhões em abril de 1998, 23,9 trilhões em novembro de 1998 e 18 trilhões em novembro de 1999. O total: 118,2 trilhões de yenes, o equivalente a 1,3 trilhões de dólares atuais (ajustados no conceito de inflação e do PIB relativo da economia norte-americana). Todo esse esforço não produziu resultados: o Japão perdeu uma década em crescimento medíocre ou nulo e de queda do valor de suas ações. Teve melhor sorte o programa de obras públicas e estímulos do presidente Roosevelt nos anos trinta? Os estudiosos do tema – entre eles o Sr. Bernanke, chefe da Reserva Federal – não estão tão certos. E prossegue o debate acerca de porque com todos os estímulos a economia norte-americana não saiu do poço até o ano de 1943 (em plena mobilização de Guerra).

Teremos melhor sorte aqui ou haverá que esperar dez anos de recomposição econômica e social? É essa a grande incógnita com que se abre a presidência de um homem novo, sério e respeitoso. Caramba, que presentinho deixou o seu predecessor!

## Capítulo 4

### As saídas para a crise

Uma grande crise também é uma grande oportunidade para a implementação de mudanças que encarrilhem a economia e a assentem em bases mais sustentáveis. É isso que está em jogo hoje nos Estados Unidos, nas vésperas de uma eleição presidencial de caráter verdadeiramente histórico. O sistema capitalista mundial, com base nos EUA, não está esgotado, mas está em perigo. Porém, trata-se de um sistema com grandes reservas, enormes vantagens e uma histórica capacidade para apostar forte. Está na hora de executar novas e radicais políticas de estado. Será que o novo governo vai fazer isso?

---

“Cosas veredes amigo Sancho que harán fablar a las piedras”. Dom Quixote tinha toda a razão. A crise do capitalismo global no estilo século XXI já pariu, tal como assinalei no meu último artigo, um socialismo de resgate, impulsionado pelos mais altos segmentos da elite mundial. E, na verdade, o fato de que os economistas mais ortodoxos tenham começado a falar como filósofos hegelianos revela que algo muito sério está acontecendo(1). Nada menos que o presidente do Banco Mundial, o tecnicista e sensato Robert B. Zoelick, antecipou, em um artigo veiculado no jornal Washington Post, que o mundo em crise vai nos oferecer, em contrapartida, oportunidades de grandeza(2). Tese: um capitalismo dominado pelo setor financeiro, sem limites nem freios; antítese: uma crise catastrófica; síntese: um novo mundo feliz, reorganizado por líderes fortes e racionais, com uma economia mais saudável. Convém, portanto, analisar essa dialética que exprime tanto otimismo no meio de tanto pessimismo. Afinal de contas, o próprio Hegel afirmava que os conceitos mais sublimes são fruto da existência, e que a essência da existência é a superação da dor.

A primeira constatação é simples. À medida que um número cada vez maior de indústrias vai à falência, ou seja, à medida que a crise financeira e imobiliária atinge a “economia real”, e diante da impotência dos bancos e dos organismos internacionais, a tendência para a regulação dos mercados, para a nacionalização das empresas, e para o protecionismo —ou melhor, para alguma variante do nacionalismo econômico— acentua-se. Qualquer seja a forma em que essa tendência se manifesta nos diferentes países e regiões, a conclusão é clara: o modelo neoliberal é coisa do passado. Ele foi

substituído —silenciosamente, sem proselitismo nem pregões ideológicos— por um modelo pragmático, de feitio “chinês” (no sentido de Den Xiao Ping), estatizante e regulador, que ainda não chega a ser planejador. Assim como o modelo neoliberal causou uma verdadeira revolução na divisão do trabalho a nível planetário, mas sobre uma base especulativa e fraca, o novo modelo terá que rearranjar as coisas e criar um outro equilíbrio, sobre uma base mais sustentável, que por sua vez vai possibilitar o começo de uma nova etapa de acumulação.

A segunda constatação é mais difícil, porque vai contra o senso comum, ou melhor, contra a histeria atual. Há quem proclama que a crise marca o final da hegemonia norte-americana e que o capitalismo made in USA terá que compartilhar seu poder e seus benefícios com outras potências emergentes e ressurgentes: com os BRICs e talvez com outros países que possuam recursos naturais e energéticos. Essa tese encerra uma certa dose de verdade. De fato, os indicadores sociais colocam os Estados Unidos em desvantagem em relação a alguns países e a seu próprio passado em matéria de saúde, ensino, proteção social, transporte, preservação do meio ambiente e infraestrutura. Trata-se de assuntos pendentes para uma sociedade que no último quarto de século tem descuidado seu próprio capital social e humano e tem transferido a maior parte da produção industrial para outros continentes, ocupando o espaço vazio com déficit e especulação. Eis a grande ilusão do dinheiro fácil: manter o crescimento econômico através de um enorme consumo a crédito, “garantido” pela valorização fictícia dos imóveis. A crise atual não é senão a correção drástica e penosa dos excessos cometidos durante aquela fase de acumulação. No entanto, não se trata de uma doença terminal —desde que existam condições para uma saída estratégica. Vejamos essas condições.

Apesar das numerosas obras que oportunamente ganham as prateleiras das grandes livrarias, não podemos equiparar esta crise à queda do antigo Império Romano. Os colapsos daquele tipo —o romano— acontecem quando um sistema se expande em demasia e se afasta perigosamente de sua base. Então, ele recebe ataques da periferia e começa a recuar até que, finalmente, os “bárbaros” (os de fora) tomam o centro por assalto e o destroem. Em outras palavras, é um processo exógeno e centrípeto. A crise global atual, pelo contrário, é um processo endógeno e centrífugo: começa no centro mesmo do sistema, contagia todo o entorno e causa efeitos ainda mais danosos na

periferia. Essa constatação talvez nos ajude a entender os motivos pelos quais, no meio do colapso do mercado norte-americano, governos e investidores do mundo inteiro correm para o dólar em lugar de fugir dele e escolher outras unidades monetárias. Nessa suposta “queda” do império, os “bárbaros” não assediam o Capitólio, mas se refugiam nele. Qual a magia do dólar que, ao invés de provocar uma fuga em massa, atrai muitos estrangeiros e, principalmente, os governos daqueles países que supostamente deveriam “substituir” o domínio dos Estados Unidos?

Desde o famoso “afastamento” do dólar do padrão-ouro, ocorrido em 1971 por decisão do presidente Nixon, o mundo tem vivido sob um sistema de dólar flexível ou flutuante. Os Estados Unidos viraram o centro financeiro mundial. A Federal Reserve, que é o banco central norte-americano, passou a emitir moeda corrente, sem base metálica, como moeda internacional. Desde então, a Federal Reserve administrou as taxas de juros internacionais e emitiu títulos do Tesouro que funcionaram como verdadeiro respaldo para o dólar-moeda-mundial. Isso permitiu que os Estados Unidos se endividassem em sua própria moeda –um privilégio que nenhum outro país tem conseguido e que é impensável para a maioria dos países. Hoje, quase a totalidade dos passivos norte-americanos em bens e serviços são pagos em dólares. Esse tipo de sistema é à prova de default: trata-se do único sistema verdadeiramente “blindado” no mundo inteiro. O sistema cria uma enorme assimetria entre o ajustamento externo dos EUA e o dos outros países (3). Como bem sabemos os latino-americanos que temos sofrido repetidas crises ligadas à dívida externa, as obrigações devem ser pagas em divisas, ou seja, em moeda “forte” de outros países. Os EUA, pelo contrário, pagam suas obrigações através da emissão de “notas verdes”. Eis o caso único de um país capaz de estabelecer a taxa de juros de sua própria dívida externa. Como já assinalei na constatação anterior, trata-se de um sistema circular, centrífugo, quase imbatível, ao qual todos ficam sujeitos, inclusive o maior credor: a República Popular da China, cujas reservas internacionais superam os 2 trilhões de dólares. Só me convencerei do princípio do fim da hegemonia norte-americana no dia em que esse sistema circular baseado no padrão-dólar for substituído por outras moedas de referência. Parece improvável(4).

Como o leitor poderá concluir, o sistema-dólar é centrífugo: ele distribui a crise de dentro para fora, do centro para a periferia, e ao mesmo tempo impede que os laços

da globalização se quebrem inesperadamente. É um sistema no qual o credor está sujeito ao devedor. Isso possibilita que o sistema, que hoje está em crise, se reequilibre sem perder hegemonia, sob a condição de que exista uma boa gestão estratégica nos centros de poder.

No caso chinês do credor atrelado à carruagem do devedor norte-americano, o reequilíbrio só pode ser atingido por meio de um desenvolvimento mais rápido de seu mercado interno, de um maior consumo e, portanto, de uma gradual independência das reservas do país em relação à necessidade de elas serem investidas na dívida norte-americana. No caso dos Estados Unidos, esse mesmo processo pode representar mais tempo para o país realizar grandes investimentos –muitos deles “socializados”— em novas tecnologias de ponta –muitas delas “verdes”— e na modernização tanto de sua infra-estrutura quanto de seu capital humano.

No médio prazo (esses investimentos dão frutos em 15 ou 20 anos) essa estratégia possibilitará o lançamento de um novo estágio de crescimento menos especulativo, com menor conteúdo financeiro e maior conteúdo técnico e científico, ou seja, com menos “economia batoteira” e mais “economia real”. A partir de um bom manejo das políticas públicas e de um bom senso da estratégia, o novo modelo de acumulação pode chegar a tempo para fazer frente, de maneira inteligente e produtiva (e não apenas defensiva), ao desafio ambiental de um planeta que em poucas décadas terá mais de 9 bilhões de habitantes.

Sejamos sinceros: as grandes crises do sistema global atual nascem no interior do poder hegemônico. São crises ligadas à superabundância e não à anemia. Nesse tipo de crise, o sistema “suspende” suas próprias regras e ideologia até que consegue se reacomodar, e depois disso volta a ser o motor-líder dos outros países que fazem parte da economia mundial. A liderança de uma potência deve ser avaliada não só em função de seus períodos de crescimento e expansão, mas também em função da intensidade da “dor”, como afirmava Hegel, e da velocidade de sua recuperação.

Nesse sentido, a eleição presidencial nos Estados Unidos será a primeira prova para o país quanto à sua capacidade de se recuperar através de medidas heterodoxas e inovadoras, ou seja, experimentais. As medidas inovadoras e radicais são precisamente aquelas que ninguém quer implementar em uma “época normal”. Em “épocas normais”,

os principais agentes políticos e os grupos de interesse têm a força suficiente para vetar as políticas audaciosas ou, simplesmente, as políticas de estado (pois elas não dão frutos no curto horizonte dos ciclos eleitorais). Porém, em “épocas de grande crise” o jogo muda. Os principais agentes ficam paralisados e os grandes grupos de pressão começam a necessitar de ajuda. Trata-se de um verdadeiro “estado de exceção” que outorga ao governo de turno uma liberdade de ação que ele antes não tinha. Como exemplo, apontarei que na grande depressão dos anos 30 o presidente Roosevelt promulgou as medidas mais audaciosas (mais “socialistas”) da época em um período de apenas 100 dias.

Está na hora de uma mudança significativa na equipe dirigente norte-americana, ou melhor, na equipe dirigente mundial. A crise, que no começo era apenas financeira, está virando uma crise deflacionária mundial, ou seja, uma verdadeira depressão. O ajuste será penoso. A nova equipe dirigente terá que adotar políticas de estado de médio e longo prazo, que são as únicas capazes de preparar o terreno para uma liderança mundial sustentada ao longo do século. O novo presidente terá que se impor aos dois partidos tradicionais e lançar, a partir de uma boa equipe, seu próprio programa de 100 dias. Na minha opinião, o único candidato à altura da situação é Barak Obama. O outro partido e seus candidatos só oferecem receitas de homens cansados.

---

(1) Ver Joseph Stiglitz, “How to Get Out of the Financial Crisis”, Time, 17 de outubro de 2008. (2) Robert B. Zoelick, “A World in Crisis Means a Chance for Greatness”, The Washington Post, 26 de outubro de 2008. (3) Ver F. Serrano, “A economia Americana, o padrão ‘dólar-flexível’ e a expansão mundial nos anos 2000”, em J.L. Fiori, F. Serrano e C. Medeiros, O Mito do Colapso Americano, Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. (4) Para entender o funcionamento do sistema e seus limites, ver o interessante artigo dos economistas norte-americanos Maurice Obstfeld e Kenneth Rogoff, “Global Current Account Imbalances and Exchange Rate Adjustments”, Brookings Institute Papers on Economic Activity (No.1, 2005), pp. 67-146.

## Capítulo 5

### O socialismo, lá onde menos se esperava

*A grande crise global que começou nos EUA com o colapso da especulação imobiliária gerou a necessidade de que o Estado intervisse para nacionalizar algumas grandes empresas financeiras e socializar suas perdas. Trata-se de um socialismo de resgate “a nível de superfície”. Não sabemos se será suficiente para remediar os excessos do capitalismo, mas parece que um mundo novo está surgindo no horizonte; um mundo no qual o capitalismo e o socialismo serão complementares.*

---

Quando a União Soviética se desmoronou, e com ela o modelo de Socialismo de Estado que tinha alimentado a esperança de muitos ao longo do século XX, um sociólogo russo amigo me disse, com palavras que nunca esquecerei: “A Guerra Fria era um tango dançado por um casal. Um dos dançarinos caiu. Quando você acha que o outro vai cair?” Não ficou claro se ele falava da Rússia e dos Estados Unidos, ou dos sistemas que ambos os países representavam: comunismo e liberalismo, ou se preferir, socialismo e capitalismo. Diante de tanta perplexidade, tive a idéia de responder com outra pergunta, talvez um pouco sarcástica: “Na sua opinião, foi o comunismo que arruinou a Rússia ou foi a Rússia que arruinou o comunismo?” Até agora, nem meu amigo, nem ninguém, soube dar uma resposta satisfatória àquela pergunta. No entanto, dezoito anos após o final da Guerra Fria, a economia norte-americana está sofrendo uma grave crise que põe em risco todo o sistema capitalista mundial. Mas o tipo de crise que antes afetava alguns países da periferia, os chamados “mercados emergentes”, acabou por se desencadear com fúria no mesmo centro do sistema. Para salvá-lo, os principais representantes do capitalismo global – governantes, banqueiros centrais, tesoureiros e grandes investidores— lançam mão de todos os instrumentos estatais disponíveis. Em poucas palavras, as próprias elites do grande capitalismo querem que o Estado se encarregue das dívidas impagáveis, dos bancos que foram à falência, dos valores depreciados e dos bens de capital muito desvalorizados que o mercado livre é incapaz de absorver sem ficar paralisado. Em resumo: trata-se de socializar as perdas.

Há muito tempo, o louvado economista canadense-norte-americano John Kenneth Galbraith salientou, no seu excelente estilo habitual: “Nos Estados Unidos, o único socialismo respeitável é o socialismo para os ricos”.<sup>1</sup> Hoje, poucos anos depois de sua morte, cumpre-se a profética sentença. Pareceria que, no Norte, o socialismo do

século XXI não é bolivariano, e sim washingtoniano –não se trata de um socialismo igualitário, senão de um socialismo financeiro e de resgate. Ele não é descamisado nem usa tênis; ele veste terno de Hermenegildo Zegna e calça sapatos de Salvatore Ferragamo.

Por enquanto, os Estados Unidos estão oferecendo ao mundo um espetáculo dramático em vários atos que apenas começou. O que torna esse drama mais contundente é a coincidência da crise financeira com as iminentes eleições nacionais que vão decidir os mais altos cargos administrativos.

Em um dos últimos episódios do teatro político, o muito criticado presidente Bush se reuniu com os dois candidatos à presidência, com os líderes parlamentares dos partidos majoritários e com um grupo de funcionários do Estado; todos eles, franzindo o cenho, pronunciando graves advertências e insistindo na necessidade imperiosa de agirem em estado de emergência. Os nomes desses funcionários passaram a ser conhecidos mundialmente, como se eles fossem estrelas do cinema ou jogadores de futebol: além de Bush —cujo nome começa, inevitavelmente, a fazer parte do passado—, cada vez é maior o protagonismo de Hank Paulsen, Ben Bernanke, Nancy Pelosi, Harry Reid e, claro, dos candidatos Barak Obama e John McCain. A mensagem que parte dessas esferas é simples e clara: “Temos que aprovar imediatamente um plano de resgate pelo qual o Estado deve adquirir, com dinheiro dos contribuintes, os títulos e as ações ruins que hoje paralisam o crédito e, conseqüentemente, toda a atividade econômica. Não gostamos desse plano, mas ele é necessário para a reanimação de nossa moribunda economia”. Os leitores aficionados à história argentina com certeza se lembram das palavras de Sarmiento: “Em questões de governo, as coisas devem ser feitas; mal ou bem, mas devem ser feitas”. E os entusiastas da teoria política se lembrarão de todas as alegações a favor do estado de emergência, da pronunciada por Thomas Hobbes à pronunciada por Carl Schmitt.

No entanto, o socialismo de resgate —ou melhor, a respeitável intervenção nos mercados do respeitável Secretário do Tesouro e ex-executivo da firma Goldman Sachs de Wall Street, Henry Paulsen, com a ajuda de um respeitável ex-economista da Universidade de Princeton e especialista nada menos que na Grande Depressão dos anos 30, Ben Bernanke, atual presidente do Federal Reserve— encontrou forte resistência na Câmara dos Deputados, onde o plano foi rejeitado em primeira instância e após uma

votação apertada. A reprovação não proveio do segmento que, nos Estados Unidos, é chamado de “esquerda” e que, na verdade, é a ala liberal do Partido Democrata; ela proveio da ala direita do Partido Republicano, ou seja, do partido governista. Sua mensagem foi tão clara quanto radical: “Deixemos que o mercado assuma seus erros. O Estado tem que ficar de fora”. Esse argumento repete, quase verbatim, o conselho de Andrew Mellon, outro Secretário do Tesouro, diante da crise bancária de 1929-1932: “Liquidem e liquidem”. Algo assim como: “quem tiver que falir, que vá à falência”. O que aconteceu logo depois é parte da história: primeiro, a Grande Depressão, que durou muitos anos, até que a Segunda Guerra Mundial pôs em marcha a grande estrutura industrial norte-americana. Por fim, alguém fez com que os deputados entendessem que quando a embarcação sofre uma séria avaria, ela não afunda de maneira parcial, mas afunda na sua totalidade; e que aquele que não aprender as lições da história, está condenado a repeti-la. A lei de resgate foi aprovada, com modificações, em uma nova votação, e foi sancionada no dia 3 de outubro de 2008. Temos que marcar esse dia como a data de nascimento do socialismo de resgate.

No contexto atual, o “socialismo no estilo norte-americano” provém de uma alta elite capitalista e pragmática, enquanto a suspeita e a resistência provêm dos segmentos populares que ainda defendem ardentemente o fundamentalismo de mercado, e dos segmentos populares mais amplos que já sofrem a redução de suas aposentadorias, que têm seus empregos ameaçados, que têm um poder aquisitivo cada vez menor, que temem ficar doentes por não possuírem seguro médico, e que têm poucas esperanças de que seus filhos e netos prosperem. À medida que a crise avança, é possível que a resistência contra os “ambiciosos de Wall Street” se afaste do âmbito do populismo de direita e mude para um setor mais progressista. Mas não há certeza sobre isso.

Por enquanto, à forte crise econômica se acrescenta uma séria crise de liderança. Não sem algumas concessões, a elite bipartidarista pôs em marcha seu plano de resgate, com a esperança de conseguir um respiro até depois das eleições. Só a partir de então, e dependendo do resultado, poderemos ver o horizonte mais comprido do sistema global, sua reforma, e a recomposição geoestratégica do planeta. Mas agora convém que comecemos a enxergar esse horizonte e que nos perguntemos, em outro artigo, qual será o papel dos países do Sul no mundo que vai surgir após a crise. Neste ponto, vou me limitar a fazer uma observação final.

O novo socialismo de resgate descoberto pelos norte-americanos tem uma particularidade contraditória. Depois de tentarem dismantelar a estrutura do Estado e de vilipendiarem sua intervenção na economia durante um quarto de século, diante do grande tropeção financeiro e da primeira grande crise da globalização, os grandes capitalistas lançaram mão do Estado como fonte de salvação. No entanto, eles vão deparar com um Estado que tem pouca capacidade de gestão. Durante a presidência de Bush, o Estado norte-americano demonstrou ter uma péssima eficácia em matéria bélica (a ocupação do Iraque e a guerra no Afeganistão são provas contundentes), em matéria de mobilização diante dos desastres naturais (a destruição da cidade de Nova Orleans pelo furacão Katrina), em matéria de manejo racional do gasto público, em matéria de seguros de saúde, e em muitos outros aspectos. Depois da aprovação do pacote de resgate, um verdadeiro “abraço de afogados”, o país vai precisar da mão firme de um verdadeiro reformista que possa reorganizar o Estado –alguém como Franklin Delano Roosevelt nos anos 30.

A esta altura dos acontecimentos históricos, é sabido que o socialismo não representa uma alternativa global ao capitalismo, mas parece cada vez mais evidente que ele é seu complemento necessário. Se bem que o capitalismo seja a locomotiva do crescimento e da prosperidade, é o socialismo que tem de governar os trilhos. Se um trem-bala não fosse suportado por trilhos, ele descarrilaria. Em um canto do mundo, há um país que não tem muita repercussão no resto, além de constituir um exemplo, e que no ano de 1990 sofreu uma crise financeira semelhante com a que os Estados Unidos atravessam hoje. Trata-se da Suécia, onde o Estado aplicou um plano de resgate financeiro, com intervenções de corte “socialista” rápidas e eficazes. Mas há muitos anos que a Suécia pratica um socialismo que funciona como complemento de sua vigorosa economia capitalista. Será que está na hora de levar novamente em consideração o modelo escandinavo? Por via das dúvidas, e falo seriamente, eu comecei a fazer aulas de sueco. Jag talar och skriver liten svenska.(2)

---

1) No original: “In America the only respectable type of socialism is socialism for the rich.” 2) Tradução: Falo e escrevo algumas coisas em sueco.